



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 10 - 2005/2009

Data da Sessão : 27 de Abril de 2007

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 15:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

Elvino Vieira da Silva Pereira, Preciosa da Silva Marques, Luís Sérgio de Matos da Silva, Américo Fernandes Pires, Manuel Augusto da Silva Vacas, António Cardoso Lopes, Pedro Manuel Marques Jana, José Casimiro Gonçalves Pereira, Célia Maria Mendes Rodrigues, Marco Paulo Parente Lopes, Manuel Marques Dias, Vítor Tavares Silva, Fernando Pedro Nunes de Matos, Albertino Alves Dias, Paulo Alexandre Carvalho Pires, Fernanda Maria Gonçalves Lourenço, Joaquim Rita António, Zeferino da Silva Sobreira, Joaquim da Silva, Jaime Filipe Nunes Conde, Afonso Augusto Fontes Matias, Nuno Miguel Marques da Silva

Faltas Justificadas: Sandra Maria Lopes Cordeiro, Duarte Filipe B. Matos Marques, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Hélder Jacinto de Oliveira, João Paulo Leal Simões de Almeida, e Hélder Luís Vences Pereira e Francisco do Carmo Branco

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe Soares

Cargo: Assistente Administrativa Especialista

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 10 - 2005/2009

27 de Abril de 2007

-----**INICIO**-----

- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas dez horas, reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**
- 2 Discussão e votação do Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Mação, referente ao ano de 2007**
- 3 Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, referente ao ano de 2007**
- 4 Discussão e votação da reestruturação do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mação.**
- 5 Discussão e votação da criação de Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho**
- 6 Discussão e votação do Regulamento das Piscinas Municipais.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Sandra Maria Lopes Cordeiro, Duarte Filipe B. Matos Marques, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Hélder Jacinto de Oliveira, João Paulo Leal Simões de Almeida, Hélder Luís Vences Pereira tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais Albertino Alves Dias, Américo Fernandes Pires, Marco Paulo Parente Lopes, Fernando Pedro Nunes de Matos, Vítor Tavares Silva José Casimiro Gonçalves Pereira. Faltou ainda o Vogal Francisco do Carmo Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro que não se fez representar nesta sessão . -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu inicio à sessão e colocou à discussão a acta número seis que após a integração de algumas alterações foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com duas abstenções.

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Foi seguidamente lida pelo Sr. Presidente da Mesa, aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.-----

--- O Sr. Presidente da Mesa informou ainda que os requerimentos recebidos serão enviados ao Executivo para resposta.-----

O Vogal Vítor Tavares Silva apresentou um voto de protesto pessoal, ao executivo camarário, sobre a situação em que se encontra a ponte da Ribeira da Pracana, na localidade de Sarnadas, que se encontra danificada há cerca de seis meses sem que a Câmara tenha ainda resolvido a situação. -----

--- O Sr. Presidente da Mesa colocou a admissão do referido Voto de Protesto à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e ficando por isso o mesmo anexo aos documentos da presente sessão. -----

--- O Vogal Afonso Matias intervém para solicitar informação sobre se há algum desenvolvimento do assunto relativo à instalação de indústrias na Freguesia de Ortiga, conforme informação de sessão anterior e também se há alguma evolução na negociação dos terrenos para a implantação das referidas indústrias. Solicita ainda informação sobre em que situação se encontra a adesão do Município de Mação ao Sistema Intermunicipal das Águas do Centro. -----

--- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, relativamente à toponímia do nosso Concelho deixa a dúvida se será um reflexo da nossa despreocupação ou o sentimento de uma questão menor. Dá vários exemplos de placas, no nosso Concelho, com erros de várias ordens. Considera que a toponímia de um concelho deveria ser visto de um ponto de vista estético, de embelezamento e não que se apresentem como estes exemplos. Considera que este assunto é importante e solicita informação sobre se a Autarquia não se incomoda com a existência destas placas com erros e se não foram fornecidas ao fabricante das mesmas maquetes com os nomes correctos e com os tipos e dimensões das letras e como é possível que as placas tenham sido colocadas sem terem sido previamente revistas, qual é o custo de cada uma destas placas e qual é o custo da sua substituição. Refere que, apesar dos exemplos que trouxe, possivelmente muitas mais haverão em todo o Concelho e por isso questiona a Câmara sobre o que pretende fazer relativamente a este assunto. Refere que este assunto tem sido focado várias vezes anteriormente mas tem ficado com a sensação que este assunto é tratado como uma questão menor, que para si não é e não será também para muitas

outras pessoas deste concelho. -----

--- A Vogal Preciosa da Silva Marques intervém para referir que, após a celebração dos 33 anos sobre o 25 de Abril de 1974 e passados todos estes anos, quer deixar uma reflexão sobre este assunto, uma reflexão não partidária mas política. Refere que foi para todos uma alegria a liberdade conquistada no 25 de Abril, bem como o 1º de Maio que se lhe seguiu foi também festejado por todos com muita alegria e foram criadas muitas expectativas, toda a gente se convenceu que iria ter uma vida melhor e passados estes 33 anos após a Revolução, somos obrigados a ficar desconsolados com o que vemos e com o que vivemos. Refere que, no que diz respeito às oportunidades, foi dada a oportunidade do ensino mas não se dá a oportunidade de conseguir trabalho, a nível da Saúde, o que estamos a viver agora é que, em vez de se dar à populações aquilo que elas anseiam, necessitam e pensam ter direito que é uma Saúde próxima, de acompanhamento, se fecham Centros de Saúde, Maternidades, Hospitais. Relativamente à Educação, verificam-se professores que são agredidos pelos alunos, o aproveitamento escolar baixa cada vez mais. A nível de Justiça, temos uma justiça de dois pesos e duas medidas, ficamos com a sensação de termos uma justiça de cores, ou cor partidária ou cor clubista pois verificam-se diferentes formas de agir conforme as pessoas estão ligadas a uma ou outra “cor”, e verifica-se também uma justiça morosa por falta de meios e fecham-se tribunais o que vai ainda piorar mais a situação. Refere ainda que em tempos foi defendida uma regionalização que muitos apoiaram como desconcentração e o que hoje se verifica é exactamente o contrário, dando-se bónus às grandes cidades e o interior, que mais necessitava de incentivo está a ser desertificado com as medidas das próprias entidades governamentais. Com o 25 de Abril acabou uma ditadura de 40 anos e o que se verifica agora, com a possibilidade de denúncias anónimas entre colegas de várias áreas, como os professores ou a função pública, o que se verifica agora é que vivemos uma ditadura em democracia que com estes procedimentos faz andar todas as pessoas aflitas. Afirma que é pragmática e não partidária e o que gostaria de ver era o progresso e o desenvolvimento e afinal o que está a ver é o retrocesso, pois todos os dias vê notícias de despedimentos, de dificuldades na Segurança Social que não dá garantias de reforma para o futuro e questiona-se sobre que País é este e onde é que está o 25 de Abril na perspectiva em que foi feito. -----

--- O Vogal Vítor Silva intervém para referir que foram iniciados os trabalhos de alcatroamento dos arruamentos de Azinhal e congratula-se por esse facto e informa

que na povoação de Roda existem arruamentos em muito mau estado que necessitam reparação, apesar de estar previsto o saneamento básico para aquela povoação e a reparação dos arruamentos ser feita posteriormente a esses trabalhos, solicita o tapamento de alguns buracos nos arruamentos pois alguns estão praticamente intransitáveis.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que foi com prazer que ouviu a reflexão da Vogal Preciosa Marques e partilha em parte com a mesma, considera, no entanto que o 25 de Abril valeu a pena e que foi graças a ele que a Vogal Preciosa Marques pode fazer a intervenção que acabou de fazer.

Relativamente à Zona de Demonstração de Boas Práticas Florestais do Alto da Caldeirinha, solicita informação sobre quais os critérios para a escolha daquele local, como foram escolhidos os proprietários, para quem é que revertem os lucros daquela intervenção, quem foi o responsável pelas obras executadas naquele local, se existe algum contrato assinado com os proprietários e com as entidades envolvidas como a Aflomação ou os Sapadores Florestais. -----

--- O Vogal Manuel Dias intervém para referir, relativamente à Justiça no nosso País e considerando a intervenção da Vogal Preciosa Marques, considera que todos estão de acordo que o 25 de Abril valeu a pena, mas no que diz respeito à Justiça considera que estamos a viver uma situação em que os cidadãos não podem falar e isso é uma realidade e informa que foi constituído arguido num processo, encontra-se com um Termo de Identidade e Residência, não pode afastar-se da área da sua residência por mais de cinco dias e isto porque os membros da bancada do Partido Socialista entenderam que não tem o direito de falar, de se exprimir, de dizer aquilo que pense e ainda por cima num blog particular. Considera que isto é a prova cabal de que vivemos num país em que as pessoas estão amordaçadas pois escreveu a sua opinião num blog particular. Esse assunto foi trazido à Assembleia Municipal e na mesma foi questionado sobre se retirava o que tinha escrito ao que respondeu que só tinha uma palavra e assume a responsabilidade daquilo que escreve e diz. Questiona ainda se, num país em que, por aquilo que escreveu, foi constituído arguido e está impedido de se ausentar da sua residência por mais de cinco dias, é um país em que há liberdade de expressão ou se voltámos ao passado.

Refere ainda que, na sequência de uma intervenção sua numa sessão anterior desta Assembleia Municipal, foi publicado no Jornal Voz da Minha Terra, que considera o jornal oficial do Partido Socialista, um artigo sem ser assinado, que genericamente

dizia: “A bancada do PSD faz arruaça na Assembleia Municipal “ e que a mesma notícia foi também publicada no Jornal Primeira Linha. Questiona-se pelo facto destes dois jornais aceitarem publicar uma notícia deste teor sem que se conheça o seu autor. Refere que, se na sessão em causa foi dito por si alguma coisa menos correcta, foi uma intervenção sua e não da bancada do PSD. Assim, afirma que, aos cobardolas, que a coberto do anonimato mentem, quer deixar claro que não aceita que utilizem o nome do Partido Social Democrata para classificar atitudes suas pois desde muito novo foi obrigado a sustentar-se e a assumir as suas responsabilidades pelos seus actos e quer continuar assim.

--- A Vogal Preciosa Marques apresenta proposta de um voto de protesto da bancada do Partido Social Democrata pelo inexplicável encerramento da Zona Agrária de Mação, passando os serviços para a Sertã, que está a mais de uma hora de viagem de Mação. Considera completamente inexplicável uma atitude destas num Concelho como Mação que está a dar um grande incremento ao desenvolvimento florestal e ao ordenamento da nossa floresta.

--- O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da proposta de voto de protesto apresentada que foi admitida por maioria com oito votos contra e fica anexa aos documentos da presente sessão.

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para referir que a proposta apresentada pela bancada do PSD contém uma gafe pois os serviços da Zona Agrária são estritamente para a agricultura e não têm nada a ver com a floresta, tudo o que tem a ver com floresta é com a Direcção Geral de Florestas. Sobre a Zona Agrária, refere que este é um serviço que conhece bem e considera que faz todo o sentido que estes serviços fechem, não só em Mação mas em todos os Concelhos como o de Mação e não justifica que estes serviços estejam abertos pois o trabalho que lá é feito realmente é zero e por muito que se queira manter um serviço aberto, manter uma delegação e os postos de trabalho, dá vida ao concelho mas a realidade é que o País neste momento precisa de uma reestruturação administrativa e é isso que está em curso e por isso o seu sentido de voto contra a proposta apresentada.

--- O Sr. Presidente da Mesa intervém para informar que, apesar de não haver muitos assuntos a tratar na Zona Agrária de Mação, sempre há alguns assuntos que só lá podem ser tratados e Mação não tem uma única carreira de transporte público para a Sertã enquanto que Proença-a-Nova tem carreiras diárias para a Sertã e foi lá criada uma nova Zona Agrária. Considerando que é uma Autarquia Socialista este deve ser

um assunto para uma reflexão ponderada, pois Mação sempre teve Zona Agrária desde há muitos anos e vão fechar esses serviços obrigando as pessoas a deslocarem-se à Sertã, prejudicando alguns em particular e todos em geral, sendo que muitos proprietários agrícolas não possuem meios próprios para se deslocarem e vão abrir uma Zona Agrária em Proença-a-Nova que nunca teve esses serviços, que está situada perto da Sertã e que tem várias carreiras públicas de transporte para aquela Vila.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para informar que o que está previsto é a colocação de um técnico em Proença-a-Nova e outro em Figueiró dos Vinhos e não a abertura de uma Zona Agrária.

--- O Sr. Vereador António José Louro intervém para referir que todos estão solidários com a necessidade de reestruturar os meios que o País dispõe mas o que é totalmente incompreensível é que Vila Velha de Ródão nunca teve Zona Agrária, tinha um técnico destacado que ia lá algumas vezes por semana e miraculosamente teve um desenvolvimento da área agrícola e agora justifica-se uma Zona Agrária enquanto Mação deve ter tido uma grande quebra nesta área pois de três técnicos passou a não ter necessidade de nenhum e a justificar-se fechar os serviços da Zona Agrária. Refere ainda que há a considerar que as instalações da Zona Agrária de Mação são propriedade do Ministério, não têm encargos e fecham-se e mantêm-se o arrendamento das instalações em Proença-a-Nova e destaca-se para lá um técnico, enquanto em Mação nem com um técnico destacado consegue ficar. Refere que o que é incompreensível é como é que são reestruturadas todas as Zonas Agrárias da Beira Interior e por coincidência os únicos oito concelhos que vão perder a Zona Agrária são todos do PSD. Considera que isto é demasiado sério e demasiado importante para o País e tem de ser feito com seriedade sob pena de cair no ridículo. Afirma que Mação está disposto a fazer sacrifícios e a estar ao lado do País e perder regalias mas não está disposto a ser gozado que é o que está a acontecer pois este concelho está literalmente a ser gozado porque não há nenhuma justificação técnica para discriminar que Vila Velha de Ródão que nunca teve uma Zona Agrária e agora passa a ter oficialmente, com técnicos destacados e Mação, que está muito mais longe da Sertã e sem transportes públicos para lá, deixa de ter Zona Agrária quando tinham instalações próprias. Considera que se devem corrigir as deficiências dos serviços e não fechar as portas.

Relativamente ao afirmado sobre a floresta não ter nada a ver com a agricultura, refere que anda há três anos a afirmar que, se alguma coisa tem a ver com a floresta, é a agricultura. Refere que o Concelho de Mação nunca terá uma floresta sustentável se não tiver alguma agricultura a servir de compartimentação e a quebrar as manchas florestais. Informa que se está a fazer um esforço para, com o apoio do próximo Quadro Comunitário de Apoio, se conseguir reestruturar o sector do olival no concelho de Mação, não só pelo olival mas também pela saúde do tecido económico do Concelho, pela importância que o sector tem para o Concelho, mas também pela importância que esse sector tem em termos de ordenamento do nosso território. Afirma que compreenderia a perda da Zona Agrária de Mação se a Sertã ficasse com menos técnicos, se Proença não tivesse e Vila Velha não tivesse era um esforço justo mas não assim. Refere que teremos de aceitar as decisões mas que deve ficar escrito para o futuro que nos sentimos gozados e que esta atitude é inadmissível num Estado de Direito porque não há qualquer razão técnica para justificar esta atitude. Refere que à Direcção Regional de Agricultura do Centro compete-lhe gerir os recursos que tem a este órgão compete zelar pelos interesses do Concelho de Mação e infelizmente hoje aqui, o Partido Socialista prestou um mau serviço ao Concelho de Mação ao negar-se mesmo a discutir esta questão.

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para solicitar ao Vogal Luís Sérgio que se inteirasse sobre o assunto e explicasse a todos, na próxima sessão porque é que Almeida, que tem um território pequeno e sem histórico de agricultura vai ter um núcleo e em Mação vão fechar os serviços, e refere que talvez a razão seja que Almeida é a terra de naturalidade do Senhor Ministro da Agricultura. Solicita ajuda à bancada do Partido Socialista no sentido de ter resposta do Senhor Ministro da Agricultura e ao Senhor Director Geral de Agricultura aos ofícios enviados há um mês enviados pela Câmara.

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para referir que merece ser sublinhada a diferença de postura das bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata relativamente à aceitação das propostas de votos de protesto apresentadas nesta sessão pois enquanto a bancada do PSD, detentora de maioria votou favoravelmente a admissão de um voto de protesto de um membro do PS, a bancada do PS votou contra a admissão de um voto de protesto da bancada do PSD. Relativamente à afirmação do vogal Luís Sérgio que disse que faz sentido fechar a Zona Agrária de Mação pois o que se lá faz é nada ou quase nada, refere que o

mesmo terá muita dificuldade em justificar esta afirmação perante as pessoas deste Concelho e até perante as pessoas que trabalham naquele serviço. Refere ainda que considera que o Vogal Luís Sérgio não está a prestar um bom serviço a Mação.

--- O Vogal Paulo Pires intervém para referir que, relativamente ao que se passou com o vogal Manuel Dias motivado pelo que foi escrito num blog, leva-o a considerar que teria sido melhor o mesmo ter escolhido escrever preservado pelo anonimato como tantos outros o fizeram no referido blog, escrevendo mesmo algumas coisas mais graves. Dá ainda o exemplo de uma acusação grave, feita num blog de campanha do PS, acusação essa que era falsa, e que as pessoas envolvidas confrontaram o autor que lhes respondeu não poder ser-lhe imputada responsabilidade de algo escrito num blog na Internet e as coisas ficaram por ali e foi resolvido o assunto, pelo que considera que, dadas as circunstâncias teria sido melhor o Vogal Manuel Dias ter utilizado o sistema de anonimato pois neste momento a sociedade parece proteger mais o anonimato que as pessoas que assumem o que dizem.

--- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que tinha conhecimento do encerramento dos serviços da Zona Agrária em Mação, passando os mesmos para a Sertã mas considera que o problema não se põe se a Zona Agrária está na Sertã ou noutra Concelho, o problema que se coloca é um problema de fundo e é nesse sentido que cingiram o seu voto contra a admissão do voto de protesto pois o que tem sido dito e toda a gente sabe é que a Administração Pública necessita de uma reestruturação e por isso é evidente que terá de haver encerramentos. Refere que, relativamente às opiniões sobre o encerramento dos serviços em Mação e aos verdadeiros motivos, se a Câmara apresentar um estudo circunstanciado provando que de facto a Zona Agrária de Mação é que deverá ficar aberta em detrimento de Proença-a-Nova ou vila Velha de Ródão. A bancada do PS votará com base nessa argumentação. Considera que o Governo está a fazer uma reestruturação e que está a fazê-la bem, apesar de ter sido sacrificado um serviço que estava sediado em Mação.

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para afirmar que, nesta sala ninguém discute que o País tem de reordenar os seus serviços, todos estão de acordo com isso, não tem discussão, como não tem discussão que Mação tem de ser solidário com o País, e por isso muito mais magoados ficamos quando acontece o inexplicável.

Refere que Proença-a-Nova tinha um técnico destacado que nos últimos tempos só lá ia alguns dias por semana, agora continua ter, considerando que Proença está a alguns minutos da Sertã e as pessoas estão habituadas a irem à Sertã, Mação em termos agrícolas é um concelho em tudo idêntico a Proença, tinha três técnicos e instalações próprias e passa de três técnicos para zero, não foi reduzido para dois ou um, foi para zero. Relativamente a Vila Velha de Ródão este é um concelho pequeno, muito próximo de Castelo Branco e com pouca expressão a nível agrícola pois as propriedades são maiores e os proprietários em menor número e ia lá um técnico esporadicamente e agora, inexplicavelmente vai passar a ter um técnico a tempo inteiro. Refere que Mação está disposto a sacrificar-se e a ser solidário com o País mas não a ser gozados e ficar calados pois se agricultura já enfrenta dificuldades, a partir de agora, se para preencher um simples formulário for necessário ir à Sertã, as pessoas não vão e quem vai perder é o Concelho.

--- O Sr. Vereador José António Almeida refere que a bancada do PS está a prestar um mau serviço ao Concelho pois está a colocar a ideologia socialista acima dos interesses do Concelho.

--- O Sr. Presidente da Mesa intervém para deixar registado que lamenta que a postura da bancada do Partido Socialista relativamente à votação de admissão do voto de protesto, pois a bancada do PSD votou favoravelmente a admissão de um voto de protesto de um elemento da bancada do PS e a mesma votou contra a admissão de um voto de protesto de interesse do Concelho.

--- O Vogal António Cardoso Lopes intervém para convidar o Vereador António Louro a compilar toda a argumentação que apresentou e apresentar na próxima sessão um relatório circunstanciado para debate e que possivelmente poderia ser votado favoravelmente pela bancada do PS após ter os argumentos bem explicados e estudados.

Relativamente à questão do processo do Vogal Manuel Dias, refere que não desejaria que a situação fosse a presente, refere que a liberdade de expressão existe em Portugal, o que não pode é dizer o que se quiser, ofendendo os outros e quando foi feita a participação pelos vogais e vereadores do PS contra o Vogal Manuel Dias foi porque os mesmos sentiram que era injusta a apreciação que o mesmo fez relativamente às pessoas em causa.

--- O Vogal Fernando de Matos intervém para informar que algumas vezes se dirigiu aos serviços da Zona Agrária de Mação para tratar de alguns assuntos e foi-lhe

indicado pelos técnicos que lá estavam que deveria dirigir-se às instalações do Gema e ser atendido pelos funcionários da Acripinhal. Refere que nunca vê ninguém nos serviços da Zona Agrária e não sabe se realmente se justifica manter estes técnicos aqui pois não consegue compreender a utilidade deste serviço.

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que, se os serviços não estão a funcionar bem devem ser corrigidos, talvez estejam subaproveitadas as capacidades dos três técnicos que lá estão mas isso tem a ver com as ordens que lhes dão. As Associações de Agricultores como a Acripinhal são apoiadas pelo Governo para ajudar as pessoas a fazerem projectos para candidaturas, pequenos projectos por vezes mas importantes para os agricultores pois foi considerado pela Comunidade Europeia que não fazia sentido ser a entidade que ajudava a elaborar as candidaturas a mesma que depois ia verificar a aplicação das ajudas no terreno. O que se está a passar agora é que o Governo está a fechar os serviços das Zonas Agrárias e por outro lado está a dizer às Associações que a ajuda às mesmas vai acabar e no futuro não vamos ter a Zona Agrária nem a Acripinhal pois a mesma não terá capacidade para pagar aos técnicos para estarem ali e durante o período de candidaturas aos subsídios a Acripinhal mantém um técnico todos os dias em Mação e se continuar esta política do Estado, dentro de algum tempo não teremos nem a Zona Agrária nem a Acripinhal a dar o apoio às pessoas. Se os técnicos que estavam nos serviços não desenvolviam mais trabalho a culpa não é dos mesmos, mas sim de quem não lhes deram indicações para poderem ajudar a fazer candidaturas a apoiar as pessoas no terreno.

Informa ainda que o Eng^o Armando, funcionário da Zona Agrária, que está nos “Macaenses” e que apoia também na Filarmónica já pôs a sua casa à venda e como consequência Mação vai perder dois habitantes com o fecho da Zona Agrária para já, o resto virá depois e o que custa é termos este esforço enquanto outros ficam a ganhar com isto, isso é que custa.

--- O Vogal Manuel Dias intervém para referir que, relativamente à intervenção do Vogal António Cardoso Lopes, considera hilariante que o mesmo tenha pedido ao Vereador António Louro para elaborar um relatório para depois se poderem pronunciar sobre ele, pois se já tomaram uma decisão em relação ao assunto, para que serviria o relatório, para mudarem de opinião?

Refere que se o PS é oposição há mais de 30 anos é exactamente porque a sua postura aqui é somente para defender o Partido, o Governo e não para defender o

concelho de Mação e hoje mesmo deram um exemplo que os envergonhou. As reformas não são desculpa, pois o PSD também está de acordo com as reformas, mas tirar aos Concelhos do PSD para dar aos Concelhos do PS é política porca.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que o Sr. Vereador José António Almeida retirou do contexto uma frase sua e isso não é aceitável. Refere que também está indignado que sejam colocados serviços em Concelhos como Proença ou Vila Velha de Ródão pois os mesmos não fazem sentido como em Mação. Refere que não foram só as Câmaras do PS que foram beneficiadas, e dá o exemplo de Gouveia.

Afirma ainda que este processo ainda não está completamente definido e está convencido que Mação não ficará sem um técnico destacado e é necessário esperar a finalização do processo.

Apresenta dois requerimentos, nº 15/2007 sobre Zona de Demonstração do Alto da Caldeirinha e nº 16/2007 sobre Trabalhos de Engenharia Civil e Arquitectura que ficam anexos aos documentos desta sessão e dos quais serão enviadas cópias à Câmara Municipal para resposta.

--- O Vogal Vítor Silva intervém para referir que, na realidade o Governo está a tomar medidas impopulares mas que são necessárias e urgentes. Refere ainda que se a Câmara conseguir fazer um esforço maior para fazer em Mação Zonas Industriais e redes viárias em condições talvez consigam fixar mais pessoas com uma melhor qualidade de vida.

--- O Sr. Vereador António José Louro informa que existem Zonas Industriais no Concelho, o terreno é praticamente oferecido, a Câmara ajuda a fazer os caboucos com as máquinas da Câmara, temos um gabinete que faz as candidaturas aos empresários gratuitamente, no caso de haver medidas nacionais de ajuda e neste sentido questiona sobre o que poderá a Câmara fazer mais. Refere que temos de ser realistas e que o Concelho de Mação só terá desenvolvimento industrial quando isso for vantajoso para os industriais e está convencido que com a A23 e com a saturação das áreas industriais na A23 e naturalmente isso há-de cá chegar.

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para informar que foram colocadas várias questões ao Senhor Director Regional da Beira Interior para se poder compreender esta tomada de decisão de encerramento da Zona Agrária de Mação mas ainda não foram dadas respostas às referidas questões pelo que a Câmara também não pode explicar mais mas deixa o compromisso de trazer as respostas à Próxima Assembleia Municipal se as mesmas chegarem entretanto.

Mais informa que, temendo o pior, e uma vez que se fala da reestruturação do mapa judiciário do País, e que possivelmente o Tribunal de Mação irá fechar já foram enviados ofícios ao Senhor Ministro da Justiça e ao Departamento de Engenharia Civil que fez o estudo encomendado mas ainda não foram recebidas respostas e aguardamos para saber se aquele estudo tem alguma viabilidade ou não.

Informa que foram reparados alguns arruamentos em Azinhal, nas zonas em que já foi feito o saneamento básico e os restantes arruamentos serão alcatroados após a finalização das obras de saneamento.

--- O Sr. Vereador António Louro informa que a Ponte das Sarnadas poderia ter sido reparada de forma rápida e sem uma intervenção de fundo mas nas próximas intempéries o problema voltaria como já aconteceu anteriormente. Informa que aquela ponte tem um problema grave, tem de ser aumentada para aumentar a capacidade de vazão de água pois aquela é nitidamente insuficiente, este é um investimento de 50.000 € que não se faz de ânimo leve, foi necessário fazer o projecto, adjudicar a obra, esperar pela publicação da legislação que permitisse fazê-lo e ainda não foi possível iniciar a obra.

--- O Sr. Presidente da Câmara, relativamente às questões colocadas pelo Vogal Afonso Matias, informou que, relativamente aos terrenos, os mesmos estão apalavrados com os proprietários mas ainda não estão pagos e a Câmara não deu mais passos nesse sentido pois uma das empresas que tinha intenção de se instalar naquele local não concretizou essa intenção e a outra empresa, que é a Amplavia que mudou a sua sede para Mação e que tem intenção de se instalar lá, de momento está com um problema com uma candidatura que apresentou mas logo que esse problema esteja resolvido provavelmente irá instalar-se nesse espaço.

Relativamente à adesão do Município de Mação às Águas do Centro, foi adiada para Assembleia Geral de 9 de Maio pois a nova administração foi incumbida pelos accionistas de fazer uma ronda pelos municípios que vão aderir por forma a tentar reduzir nos investimentos, fazer uma reanálise dos mesmos por forma a não inviabilizar a construção da barragem, pois será uma reserva importante em caso de calamidade, mas a adesão não está posta em causa e que a quantidade e qualidade da água seriam mantidas a todo o custo.

Relativamente à Zona de demonstração do Alto da Caldeirinha, o Sr. Vereador António Louro informa que propôs à Câmara, com o objectivo de demonstrar às pessoas o que são as prática mínimas a fazer, como é que se deve olhar para a

regeneração após os incêndios, o que se deve fazer na regeneração e o que deve ser feito não somente num pequeno espaço mas em todo o território, a criação de uma zona onde essas práticas fossem visíveis, perto de Mação, de grande visibilidade para que sejam confrontadas com o que foi feito e se interroguem e falem sobre o assunto, tentem perceber o que é que esta prática pode trazer de benéfico em termos de combate aos incêndios e tentar fazer perceber o que se pode ganhar com as Zif's e o que as mesmas podem fazer pelo nosso território. Refere que, se se conseguisse passar esta mensagem aos nossos proprietários seria mais importante do que milhares de folhetos ou cartazes e efectivamente isso aconteceu e desde os primeiros dias de trabalho naquela área, as pessoas começaram a parar para ver e para questionarem sobre o que se estava a fazer e o objectivo foi alcançado. Mais informa que esta deliberação foi tomada por unanimidade bem como outra de fazer 3 ou 4 outras áreas como esta a expensas da Câmara, sem cobrar nada aos proprietários, necessitando somente da autorização dos mesmos para se proceder à intervenção nas suas propriedades. Não há qualquer compromisso nem custo para os proprietários mas mesmo assim houve alguns que não aceitaram. Mais informa que será feita uma outra área de demonstração na área dos Envendos, entre a A23 e os Envendos, para que seja visível para aquelas populações e outra entre Cardigos e Vales e estamos disponíveis para fazer outras onde se justifique. Relativamente a custos, os sapadores florestais de Cardigos e da Aflomação ofereceram o seu trabalho gratuitamente, foram contabilizados os dias do pessoal da Câmara, os litros de gasóleo gasto, foram utilizadas as buldozers da Câmara e os tractores e viaturas e houve necessidade de alugar uma grade de discos porque a Câmara não tem, pelo que o valor a pagar pela Câmara do seu orçamento serão 1.500,00 € do aluguer do tractor com a grade de discos. Não houve necessidade de afixar editais pois os cerca de 40 proprietários foram contactados pessoalmente e deram a sua autorização para a intervenção. O projecto foi feito pelos serviços técnicos do Gabinete Florestal em conjunto com a Aflomação e não foram feitas candidaturas mas está em aberto pois existem medidas para experimentação e divulgação às quais há a possibilidade de se poder fazer uma candidatura.

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para referir que as suas questões foram colocadas pois estas intervenções tinham sido deliberadas em reunião de Câmara mas não vinham espelhadas no Orçamento.

--- O Sr. Vereador António Louro, relativamente às placas das freguesias mencionadas pelo Vogal António Cardoso Lopes informa que as mesmas foram adquiridas e colocadas pelas Juntas de Freguesia respectivas e por mera questão de lógica deveria ser o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, neste caso de Carvoeiro, que deveria ter mandado substituir as mesmas, uma vez que o erro tinha sido do seu antecessor, sendo que sempre é melhor encontrar algumas placas para substituir que todas para colocar. Relativamente à questão sobre a importância que a Câmara dá a esta questão, informa que foi assumido um compromisso há um ano de ser criada na Câmara uma estrutura que resolvesse estas questões da toponímia, do levantamento destes dados, da necessidade que existe hoje em dia de existir a cartografia com o nome das ruas e com os números das portas e foi constituído o Gabinete SIG que foi para o terreno fazer um levantamento de todas as povoações que já tinham nomes de ruas e estavam em condições de serem colocados os números nas portas. Nesta sequência, a Câmara deliberou no sentido de oferecer a todos os munícipes os números de polícia em azulejo e foi já executado esse trabalho em toda a freguesia de Aboboreira, em Vales, Carregueira, uma série de ruas em Mação e casas dispersas que não tinham número de polícia e neste momento está a ser feito em Penhascoso para se acabar também a freguesia de Penhascoso. Considera que este trabalho é de quem leva este assunto a sério e de quem lhe dá atenção e espera que, dentro de alguns meses todo o Concelho esteja numerado correctamente, com as mesmas regras e o levantamento de todas as ruas do Concelho, trabalho este que será feito em cartografia digital para poder ser disponibilizado para fora se necessário.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

--Já no período da Ordem do Dia, deu-se início à Ordem de Trabalhos, com a leitura do relatório do Senhor Presidente da Câmara, conforme ponto 1) da referida Ordem de Trabalhos: **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.** -----

--- Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa propôs que os pontos 2) e 3) da Ordem de Trabalhos fossem discutidos em conjunto e votados separadamente como tem sido prática desta Assembleia. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

--- Seguidamente foram colocados à discussão os pontos 2) e 3) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação do Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Mação, referente ao ano de 2007**

3) Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, referente ao ano de 2007

--- O Sr. Vereador José António Almeida iniciou a sua intervenção fazendo a seguinte explicação sobre os pontos em discussão:

“Os mandatos autárquicos (com uma duração de quatro anos) tipicamente, em termos de investimento, desenvolvem-se de forma crescente; o primeiro ano caracteriza-se, normalmente, por um investimento inferior, dado ser o ano de preparação do ciclo de quatro anos.

O ano de 2006, para além de ser o primeiro ano de mandato com os típicos condicionalismos, caracterizou-se ainda por mais algumas limitações: aumento de 3% nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, 1,5% de aumento nos vencimentos, 2% de aumento no IVA, sendo, ainda, o último ano do Quadro Comunitário de Apoio com a maior parte das rubricas com verbas já esgotadas.

Mesmo assim a acção Municipal garantiu em 2006 mais-valias relevantes, nas mais diversas áreas, para a qualidade de vida maçaense.

A intervenção na área da educação, especialmente ao nível das instalações e equipamentos foi digna de registo. O apoio social prestado, desde a primeira infância à terceira idade, também nos deixa satisfeitos.

O trabalho feito na área da protecção civil também é conhecido por todos e reconhecido por muitos; os Kit(s) de 1ª intervenção e o Macfire são apenas alguns exemplos.

Quanto às infra-estruturas básicas, temos feito todos os possíveis para garantir serviços aceitáveis nas mais diversas áreas.

A água, embora ainda sem uma solução definitiva, foi garantida em quantidade e qualidade mesmo nas alturas mais críticas e a maior parte da rede viária foi mantida em boas condições.

Em termos ambientais também foi realizado muito e bom trabalho, como por exemplo as infra-estruturas de protecção, a rede de vigilantes, os pontos de água ou as faixas de baixa densidade. Foi ainda possível garantir uma melhoria significativa na limpeza urbana.

Continuou-se a profunda alteração na maioria dos serviços municipais com vista a garantir progressivamente mais e melhores condições de trabalho aos funcionários e uma maior produtividade.

Em termos orçamentais, a execução deve ser considerada positiva; uma realização efectiva, quer na despesa quer na receita, superior a 60% deve ser sublinhada.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos ficou um pouco aquém da vontade do executivo; mesmo assim, embora a taxa de execução não seja brilhante (35,03%) o montante realizado foi significativo para uma câmara com a nossa dimensão (2.387.036,97€).

A evolução da despesa com o pessoal também continuou com um comportamento positivo dado que o ligeiro aumento verificado no ano em análise ficou a dever-se em exclusivo a um aumento de 4,5% (3% para a CGA e 1,5% de aumento nos vencimentos) portanto, sem um contributo directo do executivo.

O montante dos empréstimos bancários também reduziu em mais de cem mil euros (101046€).

A dívida de curto prazo teve no ano de 2006 um aumento superior a novecentos mil euros, devendo no entanto considerar-se que o Município tem a receber de participação comunitária um valor superior a dois milhões de euros, pelo que, também aqui, o desempenho do executivo deve ser considerado positivo.

Em termos globais e em jeito de conclusão o ano de 2006 deve ser considerado como mais um importante contributo para a sustentada melhoria da qualidade de vida no Concelho de Mação.”

--- O Vogal Manuel Dias intervém para felicitar a Câmara pela forma da apresentação dos documentos pois considera que estão apresentados de uma forma concreta, com ratios, de uma forma digna e clara. Refere ainda que considera que uma Câmara deve, cada vez mais, ser gerida e analisada em função dos resultados, ou seja, como uma empresa e neste âmbito verificamos que a Câmara apresenta um resultado positivo de 1.500.000,00 € que é uma mais valia para o capital da Câmara.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que seria bom que fossem também disponibilizados os contratos de empreitada de fornecimento a terceiros, os subsídios atribuídos a Associações e outras entidades, as transferências e trabalhos realizados para as Juntas de Freguesia, e os custos de exploração de equipamentos e espaços culturais e desportivos, como Cine Teatro, Escola Fixa de Transito, etc.

Refere que o Executivo se queixa do aumento dos funcionários públicos e este aumento é um facto o que aumenta as despesas com pessoal em sensivelmente 130.000,00 € segundo o Relatório apresentado. Refere que não partilha desta opinião uma vez que a despesa com pessoal do quadro baixou e o que aumentou foi a

despesa com os descontos do pessoal e o diferencial do ano anterior é de 36.000,00€ pelo que não compreende como é que chegaram ao valor de 33.000,00€. Considera que as queixas do Executivo não têm razão de ser pois houve um aumento de 117.000,00 € de receita de IMI relativamente ao ano anterior pelo que os 3% apontados no Relatório não são um drama para esta Câmara.

Refere ainda que apesar de referirem no Relatório que não há possibilidade de abertura de concursos internos, os mesmos foram abertos para várias carreiras apesar de se queixarem. Relativamente aos compromissos por pagar, chegaram ao fim do ano com um valor de 3.600.000,00 € nessa área, o que quer dizer que provavelmente estão a ser pagos compromissos de 2005 e que este é um dos piores anos de sempre em matéria de execução orçamental e apresentar uma redução de somente 400.000,00 € de diferença entre 2005 e 2006 no montante de compromissos por pagar quer dizer que o Executivo quase nada fez e a este ritmo não sabe como é que o mesmo vai chegar a 2009.

Refere que o grande gasto de 2006 foi a Urbanização dos Atoleiros pelo que mais uma vez começa a ficar provado que aquele negócio das contrapartidas dos terrenos está a revelar-se catastrófico e que a compra dos terrenos teria sido provavelmente mais económico para a Autarquia.

--- O Vogal António Cardoso Lopes, refere que o Relatório poderia ser mais detalhado e que a clareza e compreensão de leitura não é um dos pontos fortes deste relatório. Relativamente à Saúde, soube que houve um pedido de abertura do alpendre da Extensão de Saúde de Carvoeiro para que o mesmo ficasse aberto enquanto as pessoas esperam a abertura dos serviços, questiona se esse pedido foi feito pois considera que tinha todas as condições para o efeito mas viu lá uma construção em madeira e solicita informação sobre o assunto.

Relativamente à distribuição dos Kit's e às iniciativas no sentido de facilitar o manuseamento dos mesmos, solicita informação sobre que acções foram feitas nesse sentido, se houve algum simulacro ou outro tipo de formação.

Relativamente à rede viária Municipal solicita informação sobre o procedimento de Ajuste Directo para a adjudicação da reparação da Ponte das Sarnadas.

Informa que verificou um escorregamento na estrada entre Aldeia de Eiras e o Barracão e chama à atenção para este facto que poderá ter tido origem na água que se meteu no aterro e que obrigou a que acontecesse esse escorregamento e será necessário proceder à reparação.

Relativamente à Indústria e Comércio solicita informação sobre o concurso para a Central a Biomassa.

Em relação ao Turismo, refere que este é um assunto que está a preocupar muito os residentes nas freguesias que têm Praias Fluviais como Carvoeiro e Ortiga e mesmo Cardigos em que a Praia Fluvial do Vergancinho ainda não se encontra a funcionar. Relativamente à Praia Fluvial de Ortiga refere que as estruturas de apoio não têm sofrido grandes estragos dado o controlo e estabilidade das águas mas tem um esgoto a deitar directamente para o lago.

Em relação à Praia Fluvial de Carvoeiro as coisas são mais graves e preocupante pois ainda nada se fez para repor o aspecto que todos gostaríamos e que é visível no site da Câmara mas o problema é que o panorama ainda é o do muro que está a cair, a praia que está suja e destruída e a preocupação é que o muro está a apresentar uma fissura maior de ano para ano e considera que a Câmara deveria intervir rapidamente para que as pessoas não sejam impedidas de usufruir daquele espaço que tanta falta lhes faz. Refere que todo o espaço necessita de obras e solicita que as mesmas sejam feitas e que seja reparado o muro da represa para garantir que estamos na presença de uma estrutura segura e assim prevenir males maiores.

No capítulo da organização dos serviços, verifica com agrado a implementação do serviço SIG que irá seguramente acabar com os problemas verificados com as placas.

Relativamente ao IMI, refere que as expectativas dos Vereadores do PS se vieram a verificar pois houve um acréscimo de 75% no valor da receita do IMI e que irá crescer ainda mais no próximo ano.

Refere que teve conhecimento de um estudo da Municipia sobre o desenvolvimento municipal, que coloca Mação em penúltimo lugar nacional, considerando que não concorda com o mesmo mas solicitando ao Executivo um comentário sobre o mesmo.

--- O Vogal Manuel Dias considera o estudo apresentado pela Municipia é inqualificável e alguém servir-se dele para criticar o trabalho da Câmara de Mação é alguém que tem paranóia uma vez que o último Município referido no estudo é Amadora que apresenta valores negativos, o que prova logo a falta de credibilidade do referido estudo.

--- O Sr. Presidente da Mesa intervém para informar que, sobre o terreno da urbanização dos Atoleiros, quando os representantes do Ministério da Educação vieram a Mação ver as opções de terrenos possíveis para a construção da nova

Escola, disseram claramente que era aquele terreno que era o apropriado e já nessa altura a Câmara teve consciência dos custos que esse facto implicaria, considerando mesmo que a Câmara investiu mais na Escola que o Ministério da Educação ou a Comunidade Europeia.

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para agradecer as palavras do Vogal Manuel Dias relativamente aos documentos...

Relativamente à questão dos concursos internos de pessoal, informa que os mesmos são uma forma de premiar alguns funcionários, pois este Executivo já considerava que os funcionários devem subir nas carreiras por mérito, muito antes do Governo o ter dito. Relativamente ao valor da dívida, existem dois milhões de euros em dívida à Câmara e já o tinha referido, inclusivamente não aparece na receita pois não foi pago.

--- Vereador António José Louro intervém para referir que é indiscutível que o Município não está na mesma situação financeira que estava nos anos anteriores pois não recebeu aumento de FEF que deveria ser de 5% que é a primeira vez que acontece desde o 25 de Abril e a agravar ainda mais a situação teve um aumento do IVA de 2%, o aumento dos salários dos funcionários em 1,5% e o aumento de 3% no desconto para a Caixa Geral de Aposentações pelo que só alguém que não esteja nesta sala de boa fé poderá considerar que a situação financeira da Câmara em 2006 era melhor que em 2005 e que este ano não temos outra vez um ano mais difícil.

Refere que há na realidade um aumento da receita do IMI mas que resultou de uma tomada de posição do Governo que entendia que as verbas cobradas eram irrisórias e que o País precisava de uma lei que permitisse cobrar mais pois os valores cobrados eram irrisórios.

Considera que é visível o esforço desta Autarquia em reduzir as despesas com pessoal ao longo do tempo e tem havido um cuidado muito grande na tentativa de reduzir sempre esse valor.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que o aumento do IMI foi um dos motivos para o Governo não aumentar o FEF pois em alguns Municípios o aumento foi muito significativo...

--- O Sr. Vereador António José Louro, relativamente à Extensão de Saúde de Carvoeiro, informa que recebeu uma solicitação do Sr. Presidente da Junta no sentido de tentar resolver o problema. Uma vez que aquelas instalações estão à responsabilidade da ARS foi necessário solicitar autorização à mesma que entendeu não autorizar o pedido uma vez que isso permitiria a entrada de alguém que poderia

aproveitar o facto de estar dentro do edifício para calmamente arrombar a fechadura de dentro. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia considerou que a população estava a ser prejudicada e construiu aquele abrigo em madeira, sendo que poderia ter também facultado um outro espaço uma vez que é proprietária de um pavilhão muito grande logo na parte de trás do edifício. Concorde que as pessoas têm necessidade de um abrigo quando esperam a abertura dos serviços mas a ARS, enquanto dona do espaço entendeu que não devia retirar segurança ao edifício.

Relativamente aos Kit's, informa que estão previstas algumas acções de formação e concentração dos vários equipamentos de todas as Freguesias de modo a ter uma sessão de treino para verificar se os equipamentos estão todos operacionais e irá, muito em breve, ser marcada com todas as freguesias uma acção para concentrar e testar todos os equipamentos.

Relativamente à Rede Viária, existe uma derrocada muito maior na estrada entre Chão de Codes e Chão de Lopes que irá obrigar a um grande investimento e mesmo a uma alteração do traçado da mesma tendo já sido solicitado ao GAT o projecto para o novo traçado.

Relativamente à Praia Fluvial de Ortiga, o que está a drenar para o Tejo é uma manilha que transporta as águas pluviais, não é um esgoto, e quando há oscilações da água a manilha fica à vista, não é bonita mas não é de esgoto. Relativamente à saída das águas residuais da Etar, não há uma única Etar que não tenha uma saída para uma linha de água e naquele espaço especialmente, a água é analisada regularmente pela ARS e está própria para utilização, não é a solução perfeita mas não prejudica a qualidade da água da Praia Fluvial que é analisada regularmente e está em condições para os banhistas.

Relativamente à Praia Fluvial de Carvoeiro, informa que já se iniciaram as limpezas da Praia e tudo estará em condições durante a próxima época balnear.

Em relação à candidatura para a Central da Biomassa, informou que é com grande orgulho que a nossa candidatura continua em análise e ao contrário de candidaturas como por exemplo em que a EDP foi parceira que se revelaram mal elaboradas com deficiências processuais a nível dos documentos que as compunham, passou todas as fases processuais sem reparos nem qualquer oposição dos outros concorrentes tendo sido elaborada com os nossos recursos e estando a par das outras candidaturas das multinacionais deste país.

--- O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir, relativamente ao estudo da Município, que há notícias sobre o nosso Município que nos magoam mas que a algumas pessoas dão algum regozijo como a quem escreveu sobre este estudo no Jornal Voz da Minha Terra. Informou ainda que este é um estudo sem data, sem consulta, ao qual o Executivo não deu qualquer relevância e será feito num próximo número do Voz da Minha Terra um esclarecimento sobre este estudo. Mais informa que recebeu informação da Associação Nacional de Municípios Portugueses em que esclarece que a ANMP desconhece completamente o estudo referido e não participou de qualquer forma no mesmo, referindo que a Município é uma sociedade comercial em que muitos Municípios têm participações tendo competências específicas ao nível da cartografia.

---Seguidamente foi colocado à votação o ponto 2) da Ordem de trabalhos que foi aprovado por maioria com oito votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Em seguida foi posto à votação o ponto 3) da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por maioria com oito votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- O Vogal Luís Sérgio apresentou a seguinte declaração de voto :

“Da análise ao Relatório de Actividades e Contas da Câmara Municipal de Mação, referentes ao Exercício de 2006, na bancada do Partido Socialista concluem que:

1. São totalmente descabidas e inoportunas as referências, mais uma vez, às restrições que o Governo foi forçado a tomar e bem, por força da difícil situação orçamental com que o País se debatia, quando o mesmo tomou posse. Hoje, os resultados dessas medidas são reconhecidos por toda a Europa, é provavelmente o vosso grande engulho.

Estas referências já se encontram gastas e já não são bem aceites como panaceia para o remédio de todos os males e, muito menos justificam a ausência de obras que o Concelho necessita e os Munícipes merecem e anseiam. Na nota introdutória de Relatório e Contas, podemos ler: “Num cenário tão negro foi possível continuar a investir de forma firme e decidida nas áreas que se consideram estratégicas para o desenvolvimento sustentado e sustentável do Concelho de forma a...”

Para

“Que seja cada vez melhor viver no Concelho de Mação”.

Perante estas afirmações nós perguntamos:

- Houve capacidade e folga financeira para fazer tamanha obra neste tempo de “vacas magras” imposto pelo Governo do Partido Socialista, com tamanhos cortes orçamentais e tamanhas restrições financeiras?
- Onde está a obra do tempo das “vacas gordas”?

Pensamos que os que residem no Concelho e os que o visitam, conhecem as suas grandes carências em equipamentos de primeira necessidade e a degradação do estado de conservação de alguns dos equipamentos municipais existentes.

É nosso dever sermos mais comedidos e mais realistas nas nossas afirmações.

No ponto 2.1 do relatório, encontramos esta afirmação:

“Por constrangimentos financeiros não foi possível levar a efeito três certames emblemáticos para o Concelho: Feira Mostra, Mação Total e Festival da Lampreia”.

Lamentamos que em Reunião de Assembleia Municipal nunca tenham sido apresentadas as verdadeiras razões da não realização destes eventos e que, devido à ausência de estratégia, se tenham privado os Municípes, em simultâneo, dos três eventos de reconhecido mérito para o Concelho.

O Executivo refere, no ponto 13.2.3.1 do Relatório de Actividades de 2005,:

“É de salientar que graças a um esforço do executivo verifica-se nos últimos anos ligeira redução das despesas com pessoal, conforme se pode verificar no gráfico:

... Evolução das Despesas com Pessoal”

Atitude que louvamos pela preocupação de uma utilização racional dos recursos à disposição da Autarquia, rentabilizando-os, mas quando lemos no ponto 2.6- Organização dos Serviços, do Relatório de Actividades de 2006 que:

“ Com as limitações legislativas e financeiras não foi possível recrutar todos recursos humanos necessários, pelo que fomos obrigados a flexibilizar ainda mais os recursos humanos disponíveis...”

A referência à gestão dos recursos humanos de 2005 e a referência para a não admissão de pessoal em 2006, são contraditórias e são usadas segundo a conveniência do momento.

Um Executivo Camarário em que os custos com o pessoal representam cerca de 54% das despesas correntes não pode tratar este item com tanta leviandade.

2. No que concerne à execução orçamental esta apresenta, uma vez mais, taxas de realização muito aquém do previsto, designadamente:

- 60.05% do lado das receitas;

- 61.20% do lado das despesas (resultados muito mais baixos do que em 2005);
- 42.28% nas receitas de capital, verifica-se um baixíssima taxa de realização;
- 38.62% nas despesas de capital, o mais baixo valor de Investimento dos últimos anos.

Este cenário é tanto mais grave se considerarmos que em 2006, houve:

- Um aumento de 26% nos Impostos Directos relativamente a 2005;
- Um aumento de 45% do IMI – Imposto Municipal s obre Imóveis, representando um acréscimo significativo na ordem dos 125 mil euros.
- Aumento este, que veio de alguma forma penalizar os Municípes pelas elevadas taxas aplicadas e que o Partido Socialista defendeu para que fossem reduzidas.

O Executivo Social Democrata teima em continuar a apresentar orçamentos virtuais para a Autarquia, que rondam os 14 milhões de euros, quando os orçamentos defendidos pelos representantes do Partido Socialista se deveriam situar nos 8 milhões de euros.

Os índices de realização relativamente às Contas de Gerência de 2006, confirmam as previsões e denunciam a falta de verdade e de rigor que tantas vezes é apregoada, mas que, raramente, é cumprida.

3. Em termos de endividamento, e apesar da redução dos empréstimos bancários em cerca de 100 Mil euros, importa realçar o significativo aumento do Passivo no que se refere às Dívidas a Terceiros. No final do ano de 2005, esse valor era de 1,795 milhões de euros e, em 2006, é de 2,768 milhões de euros. Apesar do aumento destas dívidas (cerca de 1 milhão de euros), não existiu qualquer aumento de investimento no Concelho, antes pelo contrário, diminuiu.

A gestão municipal levada a cabo pelo Partido Social Democrata teima em não aceitar as evidências e as recomendações do PS, que são amplamente comprovadas pelas sucessivas Contas de Gerência da Autarquia. O exercício 2006 não foi, ao contrário do que é referido na parte introdutória do relatório, um ano de excepção., em que cujos investimentos tenham contribuído para o desenvolvimento e bem dos que nele residem.

4. Relativamente ao investimento em Bens de Capital a taxa de execução ficou pelos 35,03%, que correspondente a uma realização de 2,387 milhões de euros, para uma previsão de 7 milhões de euros, e fazemos notar que 1,329 milhões de euros, 55% do montante realizado (2,387 milhões de euros) foram investidos em urbanizações. Foi um exercício que, financeiramente e no essencial, serviu para liquidar as dívidas assumidas em ano de eleições, 2005.

Como síntese diremos que a Conta de Gerência de 2006 vem confirmar a trajectória errada seguida pela maioria “ social democrata” , na implementação de políticas que contribuam para o desenvolvimento integrado do nosso Concelho e para o bem estar das suas populações, como evidencia o aumento drástico de impostos, o aumento da despesa corrente e a redução significativa no investimento em bens de capital, atingindo os níveis mais baixos dos últimos anos.

A leitura dos números apresentados pelas Contas de Gestão 2006, confirma a razão das nossas discordâncias, quando algumas das opções de gestão nos foram apresentadas, para apreciação e votação, através das respectivas peças financeiras, nesse sentido, o Partido Socialista vota contra o Relatório de Actividades e Contas de 2006.

Em nossa opinião a estratégia Social Democrata e as consequentes opções de gestão para o Concelho de Mação, continuam a comprometer o seu desenvolvimento sustentável; sacrifica os munícipes; penaliza as associações e colectividades e cerceia as legítimas reivindicações das freguesias; Órgão fundamental para o desenvolvimento local.”

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que é com grande estupefacção que este documento se possa considerar uma declaração de voto pois isto é um documento político em que são feitas acusações gravíssimas ao Executivo. Reconhecidamente, as pessoas que têm tido envolvimento neste órgão têm reconhecido ao Executivo um esforço muito grande no sentido de ter orçamentos claros, de ter prestações de contas claras, de ser dado o máximo de informação para que todos possam realmente fazer uma análise o mais correcta possível quer dos orçamentos quer das prestações de contas e vir agora alguém dizer que temos orçamentos virtuais quando ainda há pouco tempo se dizia que tínhamos um orçamento bem feito.

Considera que é um acto de má fé ser apresentado um documento deste teor após o encerramento da discussão e da votação.

---- O Vogal Manuel Dias refere que esta é uma situação política inqualificável.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que a declaração de voto apresentada é cem por cento subscrita pelo Dr. Nuno Neto, Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista.

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para afirmar que esta situação é gravíssima e o que aconteceu aqui foi a apresentação de um documento elaborado por alguém que não tem acento neste órgão, não foi eleito pelas pessoas mas como é o Presidente da Comissão Política do PS é isto que a bancada do PS deve dizer. Afirma que este é um acto de má fé e é a total negação da democracia.

--- Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa propôs que fossem apresentados e discutidos em conjunto o ponto 4) e o ponto 5) da Ordem de Trabalhos , sendo depois votados separadamente.

4) Discussão e votação da reestruturação do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mação.

5) Discussão e votação da criação de Quadro de Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para informar que as propostas presentes quer de um Quadro quer de outro são as que melhor servem os objectivos deste executivo pelo que não há necessidade de qualquer apresentação.

--- O Vogal Vítor Tavares intervém para informar sobre o Decreto-Lei nº 53-A/98 que prevê a possibilidade de atribuição de subsídio de perigosidade e salubridade a algumas categorias nos quadros das Câmaras e deixa uma cópia ao Sr. Presidente da Câmara para análise e posterior decisão.

Refere ainda que trabalhou durante algum tempo nesta Câmara Municipal e por isso tem conhecimento que a mesma tem funcionários muito bons que dão uma boa imagem aos munícipes que deles necessitam.

--- O Vogal Luís Sérgio Silva intervém para referir que relativamente aos documentos apresentados um dos quadros não corresponde ao conteúdo orgânico que o acompanha no que diz respeito a um serviço afecto à Divisão de Obras e Equipamentos.

--- O Sr. Vereador António José Louro informa que existe um lapso porque na primeira versão não constava esse serviço e o mapa presente é uma segunda versão.

---- O Vogal Luís Sérgio questiona sobre o Conselho Municipal de Segurança.

--- O Sr. Vereador António José Louro informa que o Conselho Municipal de Segurança foi posto em causa a partir do momento em que foi regulamentado pelo próprio Estado um Órgão em que as entidades que faziam parte do mesmo fazem também parte deste novo órgão que é o Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que tem as mesmas competências que o Conselho Municipal de Segurança e que no Concelho de Mação o maior perigo em termos de segurança pública são os incêndios florestais e não se justifica haver dois órgãos para a mesma coisa.

--- O Vogal Afonso Matias refere que, considerando que esta área está em mudança, não estaremos a aprovar uma coisa que poderá estar desactualizada dentro de pouco tempo ?

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para informar que esta Lei é muito recente e estes Quadros estão a ser discutidos em conjunto porque a Lei do Contrato Individual de Trabalho é muito recente e veio agora permitir que as Câmaras se libertem do trabalho à tarefa, prestações de serviço que vão entrar para este Quadro de contratação individual de trabalho que não é uma situação boa mas é uma situação melhor do que a que existe agora porque vão integrar um contrato que não tem fim determinado e com direito a regalias sociais que antes não tinham.

--- O Sr. Vereador António José Louro intervém para informar que o que é novo neste organigrama é a criação de uma estrutura própria para a rede viária e arruamentos pois a área que temos é muito grande e necessitamos de uma estrutura mais pesada com mais gente para fazer os trabalhos de manutenção da rede viária. Mais informa que as outras coisas novas neste organigrama são a criação do Gabinete SIG e do Gabinete Florestal.

--- O Sr. Vereador José António Almeida informa que está a decorrer a implementação do SIADAP, que é o novo sistema de avaliação da função pública através de objectivos previamente definidos e esses objectivos já foram definidos e já foi preparada toda a avaliação com esse sistema.

--- O Vogal Luís Sérgio intervém para referir que vai sair legislação nova sobre a função pública e questiona se não seria melhor esperar algum tempo para aprovar o novo organigrama.

--- O Sr. Vereador José António Almeida refere que este é o momento mais indicado para a aprovação destes documentos e o que melhor serve os interesses da Câmara

e que os mesmos não foram feitos com pressa, foram bem planeados e durante bastante tempo, estando ajustados às necessidades e realidade desta Câmara.

--- Posto à votação o ponto 4) da Ordem de Trabalhos o mesmo foi aprovado por maioria com dois votos contra e seis abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Posto à votação o ponto 5) da Ordem de Trabalhos o mesmo foi aprovado por maioria com um voto contra e sete abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Seguidamente foi posto à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos:

6) Discussão e votação do Regulamento das Piscinas Municipais.

--- O Sr. Vereador José António Almeida intervém para referir que este Regulamento seguiu todos os trâmites legais e normais, tendo sido aprovado em reunião de Câmara, tendo estado em discussão pública e vindo agora à Assembleia para a final aprovação. Mais informa que a Piscina Municipal não está a funcionar há tempo suficiente para se ter a certeza de que este será o Regulamento ideal ou não mas para já e em termos experimentais tem servido e parece-nos o mais completo e o mais correcto.

--- O Vogal Luís Sérgio refere que as Piscinas já estão feitas há tempo suficiente para que não fosse necessário a Piscina ter aberto sem Regulamento. Refere que este documento deveria ter sido trazido anteriormente à Assembleia Municipal.

--- O Sr. Vereador José António Almeida informa que este regulamento já é resultado de uma discussão com os funcionários, com toda a estrutura pelo que não podia ter sido feito no ano passado quando ainda não estava nada feito. Este Regulamento começou com a preparação do funcionamento das piscinas e mais informa que as mesmas estão a funcionar bem, vão funcionar ainda melhor e que neste momento já têm seiscentas inscrições o que é considerável para o nosso Concelho.

---- Posto à votação o ponto 6) da Ordem de Trabalhos o mesmo foi aprovado por maioria com um voto contra e sete abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----